



EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES PRECOSES E AS TENSÕES FAMILIARES EM REDES DE CONVIVÊNCIA (OESTE DO PARANÁ, 1960-2020)

Patricia Vieira Morais

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

patricia_vieiramorais@hotmail.com

Apresentação

De início vejo como importante situar que a discussão proposta para o evento acerca das experiências de crianças e adolescentes que realizaram práticas de trabalho e as tensões familiares, fazem parte de uma pesquisa mais ampla que realize sobre os trabalhadores crianças e adolescentes e as relações mantidas com redes de convivências no Oeste do Paraná, a partir da década de 1960.

Nesse sentido, é necessário apontar que enxergo as relações familiares enquanto parte importante das redes de convivências, mas não a definem por si só. Uma vez que fazem parte dessas redes de convivências outros trabalhadores que não são necessariamente familiares como vizinhos, amigos e outros. No entanto, percebo que a família é, em muitas circunstâncias, o convívio que mais pressiona e impõe limites a esses trabalhadores.

Desse modo, vejo que as relações de trabalho, desde muito cedo, estão ligadas a esses laços porque as decisões, valores e expectativas dessas crianças e adolescentes são referenciados por esses convívios. Seja, pelos valores e costumes estruturados nessas relações e partilhados entre os sujeitos, seja, por conta das pressões e imposições que tais vínculos exercem sobre esses trabalhadores, buscando controlar comportamentos, trabalho, moralidades, etc.

Tudo isso me interessou porque tal como esses trabalhadores, também iniciei a trabalhar desde muito cedo, bem como meus familiares e amigos. Algo que me



incomodava em relação a isso era não somente a responsabilidade advinda dessas práticas, mas, também porque percebi que essa condição de trabalhadora ainda criança e adolescente geravam conflitos na família. Como por exemplo sobre, no que e como trabalhar, como lidar com a renda conquistada, quando se desvincular ou inserir em determinados trabalhos.

Tudo isso, também é perceptível nas fontes escolhidas para a investigação, são elas: as entrevistas com sujeitos que foram trabalhadores quando crianças e adolescentes, realizadas em Marechal Cândido Rondon-PR e em Guaraniaçu-PR, ao longo dos anos 2018-2020. Inquéritos policiais da Vara Cível referente à Comarca de Toledo do acervo do Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa (NDP/UNIOESTE-Toledo-PR), referentes a década de 1960 e 1970.

Bem como, prontuários médicos da Fundação de Saúde Santo Antônio, dos Trabalhadores Rurais de Guaraniaçu, fotografados por mim neste ano. E, ainda, em índices estatísticos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), vinculados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), disponíveis no *site* da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e possuem dados de todas as cidades do Paraná.

Tais materiais indicam o Oeste do Paraná como espaço no qual esses sujeitos se movimentam. Além de apontarem dinâmicas comuns entre eles, sobre os modos de viver, as atividades que esses trabalhadores realizam, costumes e moralidades que defendem. Por esse motivo, defini até o momento, essa territorialidade enquanto enredo espacial para a investigação.

Do mesmo modo que, a década de 1960 até os dias atuais se constrói como delimitação temporal por conta das evidências que compreendem esse momento. No entanto, reconheço as questões e historicidade da sociedade brasileira que envolve a temporalidade em questão.

As experiências expressas nessas documentações evidenciaram como o convívio dos trabalhadores, em especial no interior da família, é tensionado devido ao trabalho, as



divergências de moralidades e comportamentos, daquilo que possuem ou esperam ao avaliarem sua condição de classe e relações de poder.

Com as fontes, para tanto, busco compreender laços, mas também desencontros desses trabalhadores com trabalhadores, mediante o universo de relações dentro do enredo social que compartilham e que os coloca em movimento quanto a interesses, atitudes, moralidades e adversidades. Ao meu ver, as relações de convivência compreendem vínculos de identificação, dissonância e confrontação de classe e abrangem as relações familiares como parte desse convívio que busco investigar.

As mesmas evidências, apresentam aspectos das dificuldades que essa convivência provoca, mas explicitam ainda alternativas construídas por crianças e adolescentes, como a delimitação de espaços e limites diante das interferências familiares. É frequente nas experiências que tive contato, a decisão de quebrar com esses laços que podem ser mais velados como a estipulação de barreiras morais, como também, mais drásticas, a saída da casa da família.

Nesse sentido, minha pesquisa gira em torno das relações mantidas entre esses sujeitos que trabalham desde muito cedo e as redes de convivências estruturadas, mantidas e rompidas com outros trabalhadores, especialmente em torno dos modos de viver, afetividades, moralidades, expectativas que estabelecem.

Algumas questões que norteiam a investigação, são: quais ambiguidades e tensões se apresentam ao tentar compreender essas relações? Como crianças e adolescentes trabalhadores buscam lidar com as interferências e conflitos familiares e não familiares? De que maneira e em quais momentos tais convívios compõem interesses compartilhados de classe? Como e por quais razões esses trabalhadores se distanciam?

A importância de pesquisas como essa que venho desenvolvendo, ao meu ver, se deve ao fato de que busco compreender por que razões, apesar das regulamentações e tentativas de combate, essas práticas continuam existindo e sendo positivadas socialmente, inclusive em grande parte pelos trabalhadores. Os quais, muitos deles, experienciaram práticas de trabalho desde tenra idade.



Ao pensar em minhas referências teóricas e metodológicas que permitem discutir tais questões, enfatizo autores vinculados à História Social. Tendo em vista que, compreendem a lógica histórica a partir de contradições e conflitos produzidos por sujeitos que apesar de se distinguirem por suas trajetórias, compartilham vivências e valores por fazerem parte de relações classistas. Algo que E. P. Thompson (1981) aponta como:

Por "lógica histórica" entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores ("instâncias", "ilustrações"). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, de outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. Mencionar essa lógica não é, decerto, proclamar que ela esteja sempre evidente na prática de todo historiador, ou na prática de qualquer historiador durante todo o tempo. (A história não é, penso eu, a única a quebrar seus próprios juramentos). E:, porém, dizer que essa lógica não se revela involuntariamente; que a disciplina exige um preparo árduo; e que três mil anos de prática nos ensinaram alguma coisa. É dizer que essa lógica que constitui o tribunal de recursos final da disciplina: *não* - por favor, notem - a "evidência" por si mesma, mas a evidência interrogada dessa maneira. (THOMPSON, 1982, p. 49)

E, entendem as fontes enquanto linguagens, ou seja, expressões de valores e intencionalidades, construídas em determinado momento histórico, como apontam as autoras Cruz, Peixoto e Khoury (2006):

Considerar a linguagem atividade prática e constitutiva do social leva-nos a indagar sobre o caráter histórico da linguagem e, portanto, da possibilidade de considerar seus múltiplos aspectos e dimensões: como um sistema de signos já dado e também como espaço de intervenção do novo e da criatividade; daí a importância e mesmo a necessidade de, ao examiná-la, estarmos atentos aos frequentes deslocamentos de sentido aos quais está sujeita. De tudo isso decorre a necessidade de vencer as dificuldades de lidar com as ambiguidades das fontes, focalizando mais os processos históricos constitutivos da linguagem por meio da qual determinada fonte se expressa e, assim, os limites do "texto", isto é sair do que a fonte diz para a rede de relações nas quais essa fonte se engendra, perseguindo fios que lhe dão sentido na trama social. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 20)



Com isso em mente, no texto a seguir pretendo apresentar alguns aspectos das discussões e análises que venho realizando para a escrita da dissertação, tentando levar tais concepções em consideração no modo como percebo as relações e sujeitos na dinâmica histórica. Apesar da pesquisa ainda estar no início, tais elementos fazem parte de minhas inquietações no contato com as fontes.

Discussão

Ao pensar no conjunto de documentações que possuo para realizar a pesquisa e nos aspectos que elas comportam, as fontes possuem propriedades diversas tendo em vista que são fontes orais, inquéritos policiais, prontuários médicos e índices estatísticos. E, desse modo, busco lidar com essas especificidades realizando leituras que discutem tais aspectos metodológicos particulares. No entanto, as evidências têm em comum experiências de sujeitos que mantêm relações de trabalho desde tenra idade, associando-as às relações de convivência que estabelecem.

Nesse sentido, é preciso questioná-las e perceber as intencionalidades nesses materiais. Pois, embora seja de modo fragmentado essas narrativas são apreensões e expressões dessas relações sociais. Além disso, é preciso fazer uma diferenciação entre as fontes. Os processos, prontuários e índices estatísticos são materiais produzidos ao mesmo tempo que essas crianças e adolescentes realizam esses trabalhos. Enquanto as fontes orais, são memórias construídas após terem se passado anos desse momento da vida.

Tendo em vista isso, situo a entrevista produzida com Fernando (2018), momento em que possuía 25 anos de idade e residia em Cascavel-PR com um primo e estava à espera da formatura para finalizar o seu curso de graduação. Em suas falas além do momento em que vivia e das suas expectativas, falava também sobre o passado quando morava com os pais no meio rural no Assentamento Vitória em Lindoeste-PR e os trabalhos que realizava nesse período:



Fernando: era mais ou menos nesse ritmo, né? Trabalhando de... pra ajudar os pais assim...nas coisas do dia a dia ali na roça, né? Não é uma coisa que você vai trabalhar e você vai ganhar dinheiro, você mesmo, mas você tá ajudando o seu pai, a sua mãe.

Patricia: aham.

Fernando: né? Com tal serviço que no final gera uma renda familiar, né? Tipo não é uma renda específica sua. De mexer com leite, eu ajudava o pai e a mãe mexer com leite, né? Eu não ganhava dinheiro em cima disso, só que daí gerava renda familiar e comprava... e eles compravam as coisas pra mim. Então, também isso aí não... eles sempre fizeram o melhor, né cara? Se você precisa de uma coisa assim, eles compravam.

Patricia: uhum.

Fernando: na medida do possível [risos].

Patricia: fazia umas coisas assim e comprava, daí?

Fernando: é. Mas, meu foco mesmo assim era... eu ajudei bastante meu pai e minha mãe no sítio, nesse sentido.

Patricia: uhum.

Fernando: nesse sentido mesmo, trabalhando na casa e gerava uma renda no final, por mês, e daí ia tipo do leite, né? Exemplo. Aí esse serviço que eu trabalhava por fora era um serviço [a] mais...um pouquinho mais diferente, porque daí [eu tinha] 13, 14 anos, já tava passando um pouco mais de independência mesmo.

Patricia: uhum.

Fernando: e daí o dinheiro é meu, pra poder comprar tal coisa.

Patricia: uhum.

Fernando: aí seria trabalhar fora. Meus pais não queriam, meus pais não queriam isso.

Patricia: uhum.

Fernando: o pai e a mãe sempre reclamava disso aí, na verdade.

Patricia: é? Por que será que eles... era cuidado com você ou o que que era?

Fernando: cuidado também, e tipo... no nosso sítio tinha serviço pra mim. Tipo, como era só os dois e eu defilho então, ainda que não gerava tanta renda, tinha condições da gente se manter ali, de um jeito meio controladinho...tudo, mas se mantinha.

Patricia: sim.

Fernando: aí como eu saí dali, também dava mais serviço pra eles, no sítio.

Patricia: uhum.

Fernando: tipo, [eu com] 13, 14 anos eu já tava fazendo bastante coisa no sítio, já tava... até o pai falou: “pô” – 1 ano depois, falou: “pô, eu ia deixar você cortando cana sozinho, você não precisava da minha ajuda pra cortar cana”, daí aconteceu o acidente [Fernando perde parte do braço direito no trabalho em outra propriedade]. Daí, mesmo assim, eu cortava cana depois...mas era mais ruim. Dava um jeito, puxando ou carregava as canas só. O pai cortava as canas e eu só carregava.

Patricia: aham.

Fernando: mas, nesse sentido sempre...

Patricia: depois do acidente isso?

Fernando: depois do acidente.

Patricia: ah tá.

Fernando: mas... aí fui pro Mato Grosso eu ajudava também a... fazia assim, nosso sítio, o pai comprou com bastante mato, quiçaça, aí nós tivemos o trabalho deroçar. Nós não tinha condição de comprar veneno, passar pra modo de você matar o mato e ele não voltar, né? Aí entra esse negócio do agronegócio [risos], né?

Patricia: aham.



Fernando: mas, roçava e tinha que fazer cerca... então... sempre nessas parte eu tava junto, eu ajudava a roçar e depois fazer cerca. O pai fazia os buracos, ia lá na época e pegava o animal lá, puxava os palanque tudo, deixava tudo certinho ali, aí depois ele, eu ajudava a socar tudo. Sempre tinha tudo... de vez em quando ajudando...

Patricia: aham.

Fernando: e tal.

Patricia: no que precisava?

Fernando: no leite, desse jeito também, né? E tá ajudando ali, na roçada, nas cercas. (FERNANDO, 2018)

Considerarei necessário apontar trechos dessa narrativa, pois o considero representativo para abordar as relações em que muitos desses trabalhadores crianças, adolescentes e jovens se veem envolvidos no momento em que procuram certa autonomia pelo trabalho, mas também porque apresenta imagens dessa realidade conflituosa com a família que não são nada tranquilas.

De modo que sua decisão em procurar emprego fora do sítio da família para que tivesse acesso a remuneração se confrontava com os interesses dos pais que viam seu trabalho na propriedade da família enquanto uma obrigação a cumprir. A decisão de Fernando de se desvincular da lógica familiar de trabalho ao meu ver se configura além de um rompimento financeiro é também um rompimento moral uma vez que os recursos provindos do trabalho de todos seriam distribuídos pelos pais mediante suas prioridades, algo que parecia impor limites sobre aquilo que Fernando entendia por necessidades e expectativas.

Apesar de realizar trabalhos nas propriedades dentro e nos arredores do Assentamento, Fernando não deixou de auxiliar os pais. Algo que, ao meu ver, está ligado não somente as pressões dos pais para que ele continuasse a ajudar, mas também as condições que os mesmos partilhavam em que talvez o trabalho de mais um fizesse diferença na renda conquistada na atividade vista também como rotineira na propriedade. Além disso, tal narrativa expõe certa tentativa de nivelar as tensões entre suas expectativas e de seus pais.

Ao questioná-lo sobre as motivações dos pais não aprovarem os trabalhos que realizava fora do sítio, sua resposta explícita, mesmo que de modo velado, a crueza da realidade de muitos trabalhadores como Fernando e as relações mantidas com familiares. Fernando aponta, em resposta a minha questão, o lamento do pai sobre o acidente de



trabalho que sofreu quando trabalhava em uma fazenda manuseando cana-de-açúcar na máquina para fazer silagem, situação que causou a perda de parte do seu braço direito aos 13 anos de idade.

Nesse ponto, analiso que Fernando compreendeu que a fala do pai não demonstrava – pelo menos em primeira instância - afeto e cuidado por ele, mas a lástima se deu por conta do próprio trabalho que realizava antes do acidente. Pois, de acordo com a entrevista do trabalhador com essa idade, Fernando já possuía certa maturidade para realizar trabalhos, como o corte e trituração da cana, por conta própria.

Assim, o mesmo apresenta nessas narrativas certo ressentimento, já que a preocupação com os ferimentos de Fernando não foi vista como prioridade pelos pais. Desse modo, os trabalhos que deixou de realizar no sítio da família e por conseguinte, a remuneração que recebia, parecem ser de acordo com Fernando, a maior perda após o acidente para os pais.

No entanto, isso não inviabilizou Fernando de compreender o que conseguiu com os trabalhos enquanto conquistas, uma vez que por algum tempo decidiu onde e como usar a remuneração, bem como usufruiu de valores e expectativas advindos dessa autonomia. E, além disso, apesar das tensões com a família, isso não deixou que o trabalhador na entrevista deixasse de demonstrar afeto pelos pais.

Nesse sentido, vejo como importante pontuar que essas relações se dão em meio à dinâmica social. Assim, em muitos momentos esses trabalhadores se distanciam, como Fernando apontou em suas falas, especialmente por interferências que essas redes de convivência buscam efetivar, nas tomadas de decisões, comportamentos e valores desses sujeitos. Mas, também se identificam e se aproximam, não somente por compartilharem das mesmas condições sociais, mas inclusive por construírem e manterem afetividades.

Outros materiais, como os prontuários médicos, adquiridos através da Fundação de Saúde Santo Antônio, dos Trabalhadores Rurais de Guaraniaçu permitem acessar vestígios de conflitos e constrangimentos familiares. Elementos que pude observar ao analisar a ficha de atendimento de Leonardo de 17 anos.



Em seu prontuário constava, no item “anotações da enfermagem”, o seguinte registro: “Paciente consulta no PA com vó, trazido pelo SAMU, após uso de bebida alcoólica, após desentendimento familiar referiu dispnéia [dificuldade de respirar], refere-se bem, e recusou a medicação após negativa recebe o mesmo com má vontade.”

Esse atendimento ocorreu em domicílio, dessa forma em conjunto com as anotações do hospital constavam também fichas produzidas pelos socorristas. Tais funcionários recolhem informações sobre os sintomas do paciente, mas também pela motivação das dores e mal-estar. Sobre Leonardo se apresentavam o diagnóstico médico e a conversa com a mãe do menino onde a mesma justificava o estado de alcoolismo do filho, como “crise” (PRONTUÁRIO LEONARDO, 2019).

Isso me fez refletir sobre como essas falas foram elaboradas de modo que parecessem amenizar o ocorrido. Analiso que isso pode ter relação com o fato de que os familiares do garoto se constrangeram com o ocorrido e, por isso, se preocupavam com as imagens produzidas sobre eles de que essas situações eram práticas recorrentes. E, desse modo, a trabalhadora alega que o fato fora episódio excepcional, por conta de “desentendimento familiar” ou de uma suposta “crise” do menino. De certo modo, ainda podemos entender enquanto indicações de conflitos entre as práticas do neto e os valores apontados pela avó.

Com isso, outras visões sobre tais práticas se apresentam nos índices estatísticos que tomei contato, os quais foram produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) vinculados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Tais materiais, foram estruturados de acordo com as cidades e mediante “cinco eixos de atuação: Informação e Mobilização, Identificação, Proteção Social, Defesa e Responsabilização e Monitoramento” (IBGE, 2010, p.2).

Além disso, esses dados apresentam números do Cadastro Único (CADÚNICO), os quais permitem verificar mesmo que de modo fragmentado a condição de vida dessas famílias e os serviços públicos que acessam, bem como se essas famílias constam com crianças e adolescentes em situação de trabalho.



O município de Marechal Cândido Rondon, por exemplo, aparece nos índices com 441 crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos trabalhando, o que correspondeu naquele período a 10% da população da cidade nessa mesma faixa etária. Os dados destacam ainda, se esses sujeitos residiam no campo ou na área urbana. Com base no local de moradia declarado por esses sujeitos, 71,3% desses residiam em áreas urbanas (ainda que isso não signifique que exerçam atividades de trabalho apenas nessa área ou lá permanecem – como é possível evidenciar pelas entrevistas realizadas com os trabalhadores).

Em outras cidades do Oeste, como Guaraniaçu, estavam trabalhando, de acordo com a mesma pesquisa, 376 crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos (o que corresponde a 21,9% da população nessa mesma faixa etária). Além disso, o censo apontou que 38,6% do total de crianças e adolescentes residiam em áreas urbanas.

Apesar dos índices estatísticos não expressarem a totalidade da complexidade dessas relações, apontam certa dinâmica de trabalho na região Oeste do Paraná, formulados por agentes governamentais, e expõe em certa medida tais relações de forma problemáticas e não naturalizadas.

Diante disso, possuo a intenção de questionar os índices que registram tal prática, como por exemplo questionando quais apreensões dessas relações e sujeitos são formulados? E quais são as intencionalidades ao construir tais índices e dessa maneira? Ao meu ver tais questões são importantes porque auxiliam a pensar esses materiais enquanto linguagens, ou seja, na medida em que são construídas de maneira determinada e que propõe algo.

Ainda, busco perceber o que trazem quanto às diferenciações de práticas de trabalho de uma cidade para outra na região do Oeste, seja em números, tipos e local de atividades ou mesmo quais elementos são elencados como compartilhados. Busco ainda, contrastar tais evidências com as narrativas orais, prontuários médicos, inquéritos policiais, uma vez que nem todos os trabalhadores crianças e adolescentes cumprem aos critérios estabelecidos para entrar nesses números.



E, muitas vezes, a frequência desse tipo de relação de trabalho – que estruturam certos costumes referentes a isso – fazem com que não necessariamente vejam ou considerem algumas práticas de trabalho como problemas, mas como parte das questões envoltas nas contradições de certa moralidade e necessidades. Essas questões são importantes para que me distancie desse cenário de recriminação e combate e tente explorar interesses nos materiais, tendo em vista que não é meu ofício conduzir a análise dessa forma, mas sim compreender as experiências desses sujeitos que trabalham.

Ainda, os inquéritos policiais da Vara Cível, referente à Comarca de Toledo, levantados junto ao acervo do Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa (NDP/UNIOESTE-Toledo-PR), referentes às décadas de 1960 e 1970, apontam diversas disputas judiciais que envolvem crianças e adolescentes trabalhadores e seus familiares, cito por exemplo situações relacionadas ao trabalho familiar, abandono e pensão alimentícia, entre outros. Portanto, analiso que mesmo que esses sujeitos experienciem relações desiguais, isso não os impedem de procurar e construir alternativas para aquilo que desejam e esperam. Nesse sentido, a noção de “decisão”, proposta por Freitas e Santos (2019) para se referir as ações dos trabalhadores, é valiosa também ao falarmos de crianças e adolescentes que também experimentam essas relações classistas, pois:

[...] supor o comportamento dos trabalhadores como atos informados por suas próprias decisões (ao invés de atitudes orientadas pela simples ausência de possibilidades e/ou condutas políticas tidas como mais consequentes) nos interpela a uma visão mais investigativa e menos autoconfirmatória; pois nos provoca a identificar a atribuição dos pesos e dos balanceamentos que “eles” atribuem à vida que levam, além de nos suscitar o interesse em examinar as muitas considerações e as várias diferenciações que promovem entre ir, ficar, voltar, retornar e seguir adiante. (FREITAS & SANTOS, 2019, p. 397)

Vejo que a referência acima dos autores é ainda mais necessária quando atribuída aos trabalhadores crianças e adolescentes, já que em muitas circunstâncias são mais pressionados ou dependentes por/de familiares. Assim, considero que esses trabalhadores, em certa medida, tomam decisões, embora estejam sujeitos a coerções das mais variadas, ora da família ora dos empregadores, do judiciário etc. Pois, as relações de trabalho, mantidas desde muito cedo, fazem com que esses sujeitos tomem contato com certa



autonomia que autorizam, mesmo em pequena medida, a tomarem por si mesmo algumas decisões.

Conclusão

Espero que ter conseguido apresentar alguns aspectos das relações que venho investigando, bem como do modo como busco lidar com as evidências, mesmo que de modo fragmentado.

Referências bibliográficas

CRUZ, Heloisa F.; PEIXOTO, Maria do R.; KHOURY, Yara A. Introdução. *In*: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 9 – 21.

FREITAS, Sheille Soares de; SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. Trabalhadores e as fendas da ambivalência assistencial: Oeste do Paraná em fins do séc. XX e início do séc. XXI. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 387- 428, maio/ago. 2019.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria Ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.